

O Vestuário do Pessoal de Enfermagem (II): O Domínio do Branco

Nídia Salgueiro *



Na primeira parte deste apontamento, publicado no número anterior, propusemo-nos comparar a evolução do vestuário de enfermagem no nosso país com o que se passava em França, enquadrando os documentos fotográficos e outros testemunhos nos períodos identificados por LHEZ (1995): o negro e o sujo (*até 1870*), do negro ao claro (*1870-1900*), a uniformização do vestuário (*1900-1920*), a dominação do branco (*1920-1970*), em que impera uma concepção higienista, para a partir desta data se iniciar a mudança para uma concepção ergonómica, dando lugar a um uniforme unisexo, de túnica e calça.

É evidente que entre nós há algum desfasamento, o que se compreende se nos lembrarmos que as Escolas de Enfermagem foram oficializadas só no final da década 1910-1920, enquanto logo no início do século as Escolas de Paris são oficializadas (1902) e o vestuário regulamentado (1903).

Nesta segunda parte realçamos o período pós-reestruturação do ensino de Enfermagem.

Período pós-reestruturação do ensino de enfermagem

Como é sabido e já tivemos ocasião de referir em números anteriores, a fim de corresponder à melhoria que se desejava para os serviços de saúde e de acompanhar a evolução da enfermagem na Europa e Estados Unidos, o ensino de enfermagem é reestruturado pelo Decreto-Lei 36219/47, de 10 de Maio. Face à novas exigências, as Escolas de Enfermagem reorganizam-se, bem como o ensino nelas ministrado. Uma nova concepção de enfermagem impõe um novo modelo de formação.

O uniforme ou farda de trabalho que se tinha institucionalizado essencialmente com uma função de protecção é cuidadosamente repensado, pois lhe incube agora também a função de passar uma nova

imagem social das Escolas de Enfermagem e dos profissionais nela formados.

Com a autonomia técnica e administrativa das Escolas de Enfermagem, alcançada com o citado Decreto-Lei, os praticantes em período escolar tornam-se alunos de enfermagem e ao uniforme incumbe dar visibilidade a esta autonomia, isto é, diferenciar-se.

Um aspecto interessante que apurámos é que o mesmo modelo de bata, aberta à frente e fechada com botões, que descrevemos no número anterior da revista, era usada por vários grupos profissionais: enfermeiros e praticantes, médicos, farmacêuticos, técnicos de laboratório e tanto para homens como mulheres. Neste período, passa a haver diferenciação entre enfermeiros e outros técnicos, enfermeiros e alunos, e em relação ao sexo. Como o Decreto-Lei 36219/47 cria o Curso de Auxiliares de Enfermagem (CAE), que até aí não existia, o uniforme, quer de

* Enfermeira, Professora aposentada da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca.

alunos quer de diplomados, deve demonstrar a diferenciação dos dois níveis de formação.

Na parte feminina, o uniforme não se limita ao hospital. É usado nas deslocações entre a Escola ou o Hospital e os Lares/Residências, nas brigadas domiciliárias ou mesmo em representações oficiais ou religiosas. Tal como acontecia com outras instituições escolares, o uniforme e quem o porta devia espelhar os valores e as exigências de disciplina dessas mesmas instituições.

Não temos dúvida que os uniformes femininos foram inspirados nos modelos vigentes noutros países, nos ditames da moda, mas também para que as suas portadoras transmitissem a imagem de “mulheres completas e técnicas perfeitas” (REPENICADO DIAS, 1953).

À semelhança das Enfermarias-Escola, de que já falámos (*Referência* nº 2), para a formação técnica, são criados lares aos quais incumbia a formação de mulheres completas, a par da função de apoio social. A sua criação decorre do exposto no artigo 1º do Decreto-Lei 36219/47, que refere que o ensino de enfermagem será feito tanto quanto possível em regime de internato.

Entre nós, os Estatutos do Lar das Alunas Enfermeiras de Coimbra (LAEC), como instituição privada de utilidade pública foram aprovados pelo Secretário de Estado da Assistência Social em 3 de Agosto de 1949 e publicados no Diário do Governo de 3 de Setembro de 1949. A sua primeira residência, cita na Rua Antero de Quental, nº 123, entra em funcionamento logo nesse mês. Na EEÂF, o internato era obrigatório para as alunas, mesmo para as que residiam com os seus pais em Coimbra.

A Foto 1 ilustra o primeiro uniforme para alunas desta época: capa comprida a acompanhar o vestido, sem forro e de lã preta. De notar o laço de seda preta a fechar a gola. Sapatos e meias brancas. Na cabeça touca branca. É nitidamente um uniforme de rua, em que a capa surge como peça de agasalho para as deslocações entre a Escola, o Hospital e o Lar. Também em França e noutros países esta peça se tinha instituído pela mesma razão, quando o modelo pavilhonar surge na arquitectura hospitalar.

Infelizmente, não dispomos de outros documentos que nos permitam saber como era

exactamente a farda de trabalho, as regras, bem como a que influências a que obedecia, se europeias ou americanas. Nessa altura exerceu o cargo de Monitora-Chefe (a primeira da Escola) Emília Cabrita, vinda de Lisboa, de quem sempre ouvimos falar, mas de quem pouco sabemos sobre a sua formação e onde a fez. Foi substituída no ano seguinte por Maria da Cruz Repenicado Dias, formada pela Escola de Enfermagem de S. Vicente de Paulo e que terá feito uma formação ou estágio nos Estados Unidos.

A nova Monitora-Chefe, a quem por inerência cabia também a Vice-Presidência do LAEC, encontra terreno fértil para que as suas ideias germinassem e o apoio incondicional do Dr. Coriolano Ferreira, presidente da Comissão Instaladora da LAEC, e do Prof. Doutor João Porto, director dos Hospitais da Universidade de Coimbra e da EEÂF.

A residência, e também sede do LAEC, muda para a Rua Venâncio Rodrigues, nºs 7 e 7A (ao fundo das Escadas Monumentais), destinada às alunas do Curso Geral de Enfermagem (CGE) e do CAE. Em 1951, é alugado outro edifício, na Rua Castro Matoso, para dar apoio às enfermeiras recém-formadas. No ano seguinte, esta residência passa a ser destinada à alunas do CAE, sendo transformado um dos pavilhões hospitalares de Celas em residência de enfermeiras (onde hoje é o serviço de Estomatologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra), ficando o “Lar Venâncio” para as alunas do CGE e sede do LAEC. Ali residia também a Monitora-Chefe e restante corpo docente feminino (Monitoras e Assistentes), com excepção de uma Assistente que acompanhava as alunas do CAE, no “Lar Castro Mastro”.



Foto 1 – Uniforme para alunas (época de 1950).

Com Repenicado Dias, o uniforme é modificado e diferenciado em relação às alunas dos dois cursos.

Por esta altura ingressámos no CGE e o nosso internato foi no “Lar Venâncio”, sofrendo o uniforme ligeira alteração. É esta realidade, que vivemos e testemunhámos de perto, que a seguir descrevemos, fazendo apelo à memória e à interpretação.

O uniforme feminino, não temos dúvida, era fortemente influenciado pelos modelos americanos. As revistas que existiam no Lar, assim o testemunhavam. Na sua concepção, estava implícito tudo o que temos vindo a relatar. Obedecia, portanto, a normas e o seu porte, a regras, a uma disciplina, a um saber-estar e saber-ser que em muito cabia ao Lar vincular nas alunas, assim como vigiar o seu cumprimento. Portanto, impõe-se tomar em atenção este contexto.

Segundo LHEZ (1995), estamos em pleno período do branco imaculado, da higiene perfeita, do reino do algodão, e os nossos uniformes encaixam bem nestes princípios. De facto, tanto para alunos dos dois níveis de formação, como para os já diplomados, o algodão era a matéria prima dos tecidos, com excepção da capa de lã. A capa é um

elemento de diferenciação para as alunas dos dois níveis de formação: curta (a três quartos), forrada de tecido acetinado vermelho, para o período de 1950/52 (foto 2), e de tecido fino de lã amarelo, a partir de 1952; comprida (à altura do vestido) e sem forro para as alunas do CAE.

Importa dizer, antes de entrar em detalhes, que o uniforme das alunas constava de vestido, avental-bibe, véu (a partir de 1952), sapatos e meias brancas e da capa acima referida (foto 3).

O vestido era cortado na cintura, a saia constituída por gomos ligeiramente enviesados, com bolsos de chapa. O corpo marcando ligeiramente as formas, com decote redondo a rasar a raiz do pescoço, ao qual era aposto um colarinho de pontas redondas, de tirar e por, mangas montadas, curtas ou compridas, tipo camiseiro, adornadas as primeiras com uma virola e as segundas com punhos altos, de tirar e por. O vestido era todo ele aberto à frente, fechando com botões numa carcela., portanto, encobertos. A cor marcava a diferença dos dois níveis de formação: de popeline às riscas miúdas brancas e cor de vinho para as alunas do CEG, ou lisa cinzento, tom médio, para as



Foto 2 – Uniforme das alunas do C.E.G.



Foto 3 – Uniforme das alunas (época de 1952).

do CAE. As golas, virolas e punhos altos, brancos para as primeiras e de quadradinhos cinza e branco para as segundas, prendiam ao vestido por meio de casas e pequenos botões interiores. Estas peças eram engomadas e o tirar e pôr obedecia a uma razão de funcionalidade e facilidade de tratamento. Os punhos altos, que fechavam com botões de punho brancos, eram retirados para certos cuidados, em que as mangas abertas podiam ser arregaçadas.

O avental-bibe de tecido (tipo lençol) branco, para os dois níveis. Também cortado na cintura, com a parte de baixo obedecendo ao mesmo modelo do vestido e acompanhando-o em comprimento (20 cm acima do chão, medidos à régua), corpo aberto dos lados, a rasar a cabeça da manga do vestido, e decote a deixar ver a gola; aberto, como o vestido, de alto a baixo, mas atrás, com botões exteriores e bolsos de algibeira, sobrepostos, que partiam da cintura.

O véu de organza branca era um quadrado rematado por bainha de 1 cm, que as próprias alunas ajouravam. Um dos lados dobrava, formando uma bandoleta que contornava a cabeça. Uma fita de nastro marcava esta dobra, cosida à frente e pontas soltas atrás que atavam na nuca, debaixo dos cabelos, quando estes davam para isso. Igual para os dois níveis de formação, era usado engomado. Sem dúvida, esta era a peça mais infuncional do uniforme. Para certas configurações cranianas e tipo de corte de cabelos, constituía um tormento mantê-lo segundo as normas regulamentares — cobrindo os cabelos e passando a meio das orelhas —, por isso, decorrido pouco tempo geram-se movimentos para que fosse substituído pela touca (*cup*) (foto 4).



Foto 4 – Alunas época 1956.

Meias e sapatos brancos para qualquer dos cursos. As meias de seda substituíram as de algodão e o aparecimento do *nylon* veio, depois, destronar a seda, assim como os «*colants*» fizeram cair em desuso o obrigatório cinto de ligas para as prender. Os sapatos, abotinados, de atacadores, rasto largo, salto à inglesa, para o máximo de estabilidade e conforto, e com capas de borracha, antiderrapantes e menos ruidosas.

No uniforme das diplomadas, o véu é substituído pela touca engomada (*cup* ou *Kico*, na gíria), o vestido toma a cor branca, modelo vestido-bata, sem corte na cintura, mantendo os elementos engomados, de tirar e pôr. O modelo do avental mantém-se, assim como o das meias e o dos sapatos (foto 5). A diferença entre as profissionais dos dois níveis de formação passa a ser marcada pela cor do *cup*, da gola e dos punhos: branca para as enfermeiras e de quadradinhos cor de vinho (*grenat*) e branco para as auxiliares de enfermagem. As capas mantinham os modelos dos respectivos cursos.

Devemos dizer que no essencial este modelo era mais ou menos seguido no país, com pequenas diferenças de cores e de padrões. Vestido amarelo claro, de quadradinhos azuis, castanhos; avental branco, em determinadas instituições com decote mais amplo, redondo ou quadrado, deixando ver a parte superior do vestido, noutras, de alças largas, trespassando atrás, assim como nalguns casos a saia do avental trespassava atrás. Nalguns hospitais a diferença era marcada por uma tira de cor na touca.



Foto 5 – Uniforme das diplomadas (época de 1956).

O uniforme dos alunos do CEG era constituído por bata e calças de sarja branca, sapatos pretos. O barrete e o avental foram abolidos. A bata, modelo de cabeção, tipo bibe, decote redondo, rematado com tira, fechava atrás, com botões. Um cinto do mesmo tecido, cosido no terço anterior e de pontas soltas a atar atrás, marcando a cintura segundo a vontade pessoal, bolsos de chapa. Quando diplomados, mantinham o mesmo uniforme.

Para os alunos do CAE, a bata diferenciava-se na cor, primeiro creme (na gíria hospitalar, os feijões frades) e depois azul (os bata azul); calças de ganga e, num determinado período, sapatilhas brancas. Após o curso, mudavam para bata branca e as calças de ganga azul mantinham-se (foto 6).

Alunos ou diplomados deviam apresentar-se sempre com o uniforme impecavelmente limpo e cuidado, sem qualquer tipo de jóias (sobre a farda só o emblema e o relógio), sem verniz nas unhas, obrigatoriamente, curtas, cabelos curtos ou apanhados, sem perfumes e sem maquilhagem (ou muito discreta). Uma aluna, ao passar, devia deixar não um rasto de perfume, mas um cheiro a lavado que reflectisse a limpeza do corpo, dos pés à cabeça, assim como uma jovem de boa saúde e de aprumo moral irrepreensível.

O Simbolismo do branco

O branco ligado a fenómenos iniciáticos, tal como algumas ordens religiosas se resume ao cordão que marca a cintura ou a cerimónias rituais, é nos alunos representado por alguns acessórios e pelo avental, a peça mais exterior, mais em contacto com os doentes. LHEZ (1995) refere que é por este aspecto iniciático que a enfermeira não podia senão estar vestida de branco, “sacraliza a abordagem do doente, permite certos cuidados, representa a arte de cuidar e, por este facto, dessexualiza o tocar” (p. 88).

Inerentes a este aspecto estão os ritos de passagem, que recordaremos num apontamento posterior.

Aquela autora refere também a função social do branco e cita Yonnet (1985) que considera que “o branco é o sinal major de distância dos trabalhos manuais (agricultura, indústria)”, dando como exemplo o trabalhador que coloca a sua camisa branca ao domingo. Entre nós, as expressão “macaco”, fato de ganga” ou “bata azul”, em contraste com os colarinhos engomados, o uso de camisa branca com colarinho e peitilho engomados para certas cerimónias ou certos actos importantes.



Foto 6 – Uniforme dos alunos (época de 1958).

Este aspecto explica, possivelmente, a exigência dos punhos altos para as representações e cerimónias religiosas ou oficiais, mas também a rejeição dos alunos do CAE pela bata azul e dos já profissionais pelas calças de ganga. Este vestuário ligava-os a um estatuto de trabalho de tipo manual, e realmente aquela formação foi criada com o objectivo de operar uma diferenciação de funções. Ainda agora, ao abordarmos enfermeiros desse tempo no sentido de conferir conhecimentos em relação aos uniformes ou para saber se podiam dispensar de fotografias, essas reacções vieram de imediato à tona — “sempre que podíamos ficávamos com as calças da rua e então depois do curso...” — tal como as recordações dos estrategemas para fugirem à supervisão ou camuflar, — “por vezes, usávamos uma bata de infecciosas por cima da azul”. Era como que um estigma.

A Evolução em nome da funcionalidade

Com o passar dos anos vão sendo introduzidas algumas modificações, reclamadas por alunos e/ou diplomados, em razão da funcionalidade ou da comodidade.

Como vimos, o véu das alunas rapidamente dá lugar à touca. As mangas compridas com punho alto, que permitiam o uso de camisola interior fina para combater a frialdade das instalações hospitalares, são praticamente postas de lado, em favor

das curtas (fotos 7 e 8). Esta modificação determina o aparecimento de uma nova peça: um casaco de malha, tipo «gilet», branco, azul ou castanho, que rapidamente se generalizou nos nossos serviços de saúde.

Perante o incómodo de mudar as meias, é reclamada a abolição da exigência de meias brancas, passando a usar-se as da rua, cor de carne.

Os uniformes vão diminuindo de comprimento, acompanhando a moda, sem o exagero da minissaia, evidentemente.

O *cup* começa a ser contestado. Primeiro, com argumentos de que era só uma peça de enfeite e simbólica, não cobria os cabelos; depois, porque o seu uso se generaliza. Entre nós, o «cheque mate» foi dado quando aparece na cabeça das leiteiras (distribuidoras ao domicílio de leite do dia). É certo que, embora o modelo fosse o mesmo, o seu porte era bem diferente, assim como o tratamento. Entre nós, bem engomado, chegando até a receber este tratamento em casas especializadas que lhe davam polimento e lustro, enquanto nas outras mulheres, na maioria dos casos, era usado sem goma e até feito de material plastificado. Banalizado, contestado, rejeitado, caiu este elemento tão carregado de simbolismo, embora nalgumas instituições mais tradicionalistas o seu uso tenha resistido ainda por algum tempo.

As novas fibras de polyester-algodão tornam os tecidos mais finos e os vestidos-bata das alunas e das enfermeiras enfeitam-se de nervuras e debruados de confecção mais requintada. Nalguns hospitais adopta-se a túnica e calça unisexo e em



Foto 7 – Uniforme das alunas, manga curta, C.A.E.



Foto 8 – Uniforme das alunas, manga curta, C.G.E.

certos hospitais estrangeiros (em particular nos de pediatria) a cor passa a ser um factor de personalização e era escolhida a gosto pessoal (tons claros de rosa, amarelo, azul, lilás, entre outras). Em Portugal só em alguns hospitais pediátricos o branco deixou de ser dominante.

A Dessexualização

Na década de 70, as alunas passam a efectuar os seus estágios também no sector masculino. Em serviços como aquele que na gíria escolar chamávamos de “vietnam” sempre superlotado e com doentes em colchões no chão, com saias curtas tornava-se bastante difícil prestar cuidados sem que metade da coxa não ficasse “ao léu”. Então, em nome da decência, foi introduzido o uniforme unisexo, constando de bata, direita, decote a razar a raiz do pescoço, aberta atrás e calças. Deve dizer-se que tal como em França aconteceu com as cinesiterapeutas, as enfermeiras de reabilitação foram percursoras no uso de calças no uniforme (jaqueta branca e calça preta).

Os alunos são também introduzidos em áreas consideradas estritamente femininas. Não podemos deixar de recordar os argumentos e as negociações necessárias para que os seus estágios na sala de partos fossem autorizados.

O novo uniforme, provocando a geometrização do corpo, de que também fala LHEZ (1995), permite uma visão assexuada do aluno de enfermagem em estágio (foto 9 e 10).

Também nas equipas de enfermagem masculinas se vão introduzindo enfermeiras, por carência de enfermeiros nalguns casos, para finalmente as equipas se tornarem mistas. O serviço mais renitente, nos Hospitais da Universidade de Coimbra, em aceitar a introdução do elemento masculino foi a reanimação, enquanto que o BO teria sido um dos primeiros a ultrapassar esta barreira.

Apesar desta evolução foi necessário um novo discurso na higiene hospitalar para que o uniforme unisexo fosse instituído nos hospitais.

O aparecimento de antibióticos cada vez de mais amplo espectro, o seu uso e abuso leva a uma certa lassitude dos procedimentos técnicos no que toca à higiene hospitalar. Esta utilização abusiva e



Foto 9 – Uniforme unisexo.



Foto 10 – Uniforme unisexo (década de 80).

indiscriminada de antibióticos provoca a resistência microbiana aos mesmos tornando as estirpes cada vez mais resistentes. As taxas de infecção hospitalar sobem e há que repensar as regras de higiene e prevenção da infecção hospitalar.

As batas que as enfermeiras tratam em casa, devem passar a sê-lo no hospital, o que não se coaduna com tratamento e uso personalizado. Em nome da economia, da ergonomia, da funcionalidade e da higiene e prevenção da IH, o vestuário unisexo que já desde 1973 estava instituído na EEAF, generaliza-se.

As socas, com rasto de borracha, substituem os sapatos.

Nota final

Pode parecer descabido o relevo dado a este período e em particular na EEAF, mas é inegável a sua importância: ele extravasou para além deste tempo e das instituições de saúde de Coimbra. Lembramos que o Curso Complementar de Enfermagem, secções de Ensino e de Administração, que funcionava nesta Escola, forneceu Directoras e Monitoras para outras escolas do País.

Algumas foram abrir novas escolas. Igualmente desta instituição formativa saíram vários enfermeiros e enfermeiras que ocuparam postos de direcção em sectores de enfermagem de várias unidades hospitalares e de outro tipo. Imbuídos

destes princípios que lhe foram inculcados replicavam-nos nas novas realidades e a transmissão foi-se fazendo em cadeia.

Referências bibliográficas

ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DOS COLÉRICOS DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (PINTO, José Ferreira Macedo – Regulamento do Hospital dos Coléricos. In *Relatório da Direcção do Hospital dos Coléricos da Nossa Senhora da Conceição*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1855).

COMPROMISSO DO HOSPITAL DAS CALDAS DA RAINHA DADO PELA RAINHA D. LEONOR, Sua Fundadora em 1512 (Prefácio e revisão de CORREIA, Fernando. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, 46p.).

DONAHUE, M. Patricia – *História de la enfermeria*. Barcelona: Ediciones Doyma, 1985.

LHEZ, PieOrrette – *De la robe de bure à la tunique pantalon: étude sur la place du vêtement dans la pratique infirmière*. Paris: InterEditions, 1995, 182p. ISBN 27296 0588 6.

REPENICADO DIAS, Maria da Cruz – A educação e o ensino na Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra. In 1942-1952: *Dez anos de história dos Hospitais da Universidade de Coimbra* (sob a Direcção do Prof. Doutor João Porto). Coimbra: Edição da Casa do Pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 1953, p. 157-160.